

1 - OBSERVAÇÃO: Um dos textos que abordam a importância do ensino sobre educação política desde o ensino básico até o superior que poderá ser debatido é o seguinte:

Educação política seria bem vinda ao Brasil de hoje

Alguns países investem no campo da educação política. A Alemanha tem uma boa experiência nacional e diversos projetos já foram disseminados para outros países. Nesse momento complexo do Brasil há estudos sobre a pertinência de uso de ações para apoiar as instituições de educação básica e superior a ministrarem ensinamentos sobre política especialmente para os alunos do ensino médio e universitários. A grande dificuldade encontra-se em saber o que há de concreto de subsídios nos 28 partidos políticos registrados junto ao Tribunal Superior Eleitoral. Os partidos surgiram no país em 1837 e eram chamados de "grupos". Só em 1930 a legislação fala em "partidos", nomenclatura até hoje usada oficialmente.

FONTE : (IPAEduc 95-08/05)

Link: <http://www.ipae.com.br/pub/pt/jee/2599/index.htm>

2 - OBSERVAÇÃO: O ensaio que destaca as atividades e reflexões sobre a educação política durante o Ano Europeu da Cidadania pela Educação, e inserido no site “Direito de Aprender” de Portugal se torna um excelente argumento para um palestra ou abordagem em seminário.

Ano Europeu da Cidadania pela Educação

O primeiro texto que disponibilizamos no nosso site é um ensaio sobre Educação Política intitulado “O Cidadão” e escrito por Alberto Melo no princípio dos anos oitenta. Apesar de se notar algumas referências datadas, julgamos que as reflexões continuam bem atuais. Se a leitura deste texto lhe sugerir alguma reação que deseje partilhar com os outros leitores do site pode fazê-lo enviando-nos as suas ideias num texto com o máximo de cinco mil caracteres em formato de arquivo Word para: Direito de Aprender.

Em uníssono, comentadores na comunicação social, investigadores, jornalistas ou representantes de partidos deploram a apatia pública perante a política – exceto, em geral, por altura das eleições, quando o interesse é constantemente estimulado pelos ‘media’. Além disso, a informação política atinge todas as casas numa escala inédita através dos jornais, rádio e televisão. Já não é possível fingir que a política não existe. A política está metida em tudo, no elevado preço da gasolina ou nos 7 meses de espera para uma simples intervenção cirúrgica, na longa caminhada a pé para casa causada pela greve dos transportes públicos, até nos filmes de terror...

Saiba mais no Link: <http://www.direitodeaprender.com.pt/troca.php?no=21>

3 - OBSERVAÇÃO: Um estudo histórico e filosófico sobre a Democracia, intitulado “Política por Voltaire Schilling” com sub título “Quem faz e quem deve fazer a política”, traz importantes observações e conceitos desde Platão,

Aristóteles, Teocratas, Estatocratas, e sobre os aspectos do Legislador Humano, e que podem ser aprofundados nos estudos do link:

<http://educaterra.terra.com.br/voltaire/política/political.htm>

4 - OBSERVAÇÃO: Sobre os aspectos políticos atuais para debater sobre a importância do voto, neste momento pré-eleitoral, sugerimos o texto de autoria de *Frei Betto*, intitulado **“Sair de si para os outros”**.

Para ler clique [aqui](#).

5 - OBSERVAÇÃO: Para a discussão sobre as questões da violência urbana que São Paulo sofreu recentemente, há excelente artigo escrito pelo psiquiatra *Jorge Márcio Pereira de Andrade*, intitulado: **“Violência Urbana: Ontem hoje e sempre?”**.

Para ler clique [aqui](#).

6 - OBSERVAÇÃO: Um texto de *Francisco de Assis Silva*, intitulado: **“A crise da Democracia representativa”** veiculado em INFORMES ABONG, nº 346 (www.abong.org.br) o qual transcreveremos a seguir, aborda problemas da atual conjuntura governamental e servem como um ótima base de discussão e debates nas escolas. Leia mais aqui:

A crise da democracia representativa - texto de Francisco de Assis da Silva

“O maior desafio da sociedade civil organizada no Brasil, hoje, é a necessidade de transição do modelo de democracia representativa. Claro está o esgotamento do modelo político em que a sociedade transfere a seus (suas) representantes o direito de gerir o Estado e somente tem condições de renovar esse contrato social intermitentemente a cada período eleitoral.

A despeito de termos hoje uma Constituição considerada avançada, sabe-se que ela foi construída por justaposição. Na ausência de força política suficiente para impor princípios, adotou-se a acomodação, jogando a implementação efetiva para a diante. A disputa que se seguiu não produziu os resultados esperados. O Estado praticamente capitulou no campo econômico. O Social foi duramente disputado, contemplando o que se chamaria de cultura dos Conselhos, abrindo participação da sociedade civil em instâncias varejistas. E a Política não se alterou praticamente em nada, mantendo-se dentro do estilo contorno eleitoral, periódico, procuratório, com a tradicional trilogia entre poder, exclusividade dos partidos e voto periódico.

É nesse contexto que ocorreu a eleição de Lula. Ela apresentou, para os setores organizados da sociedade civil, a oportunidade de ampliarem, pela via eleitoral, seu protagonismo, abrindo assim a possibilidade de inversão do modelo econômico.

A grande frustração da sociedade civil organizada é a constatação de que o modelo de participação não implica efetivo poder de decisão na matriz econômica e orçamentária. Esta continua sendo definida pelos interesses das corporações. A política econômica continua sendo espaço sagrado demais para a sociedade intervir.

A ampliação das esferas consultivas, por meio das conferências, Conselhos e Fóruns - diga-se de passagem, uma marca do governo Lula - não representa um efetivo poder de enfrentar as elites. É preciso reconfigurar o contrato social brasileiro, de forma a permitir que a sociedade civil tenha o poder de deliberação efetiva sobre os orçamentos públicos, seja em sua constituição seja em sua execução.

É imperativo criar um canal de mediação política não restrita aos partidos políticos, dando à sociedade o poder de exigir o cumprimento dos compromissos e de recuperar, inclusive, os mandatos procuratórios concedidos por intermédio da eleição. Somente dessa forma avançaríamos para superar a falácia de que a democracia, representativa resolveria o problema das desigualdades.”

7 - OBSERVAÇÃO: Um texto com versão resumida da conferência proferida no âmbito do concurso para Professor Titular em Sociologia da Educação na FEUSP, 1996) de autoria da Profª Maria Victoria Benevides é um excelente argumento para que se instituem vários debates e seminários referentes a pesquisa sobre a EDUCAÇÃO PARA A DEMOCRACIA, cujo conteúdo abaixo descrevemos:

“No campo amplo e generoso da Sociologia da Educação, a variedade de interesses e intervenções cresce paralela à velocidade e à complexidade das mudanças culturais - entendidas em todas as suas expressões - nas sociedades contemporâneas. Assim, pretendo discutir um tema que, a meu ver, melhor reúne as reflexões de uma socióloga no trato com a “coisa” pública”, com a política e suas inarredáveis relações coma educação e os sistemas de ensino: o tema da educação para a democracia.

Porque escolhi esse tema? Por vários motivos, mas o principal deles diz respeito à realidade brasileira. Além da persistente cultura política e oligárquica, durante o regime militar (1964- 1985) o Brasil viveu um período de redução dos direitos da cidadania e de minimização da atividade política. Isso correspondeu a uma concepção economicista / produtivista da sociedade, na qual a única função meritória dos indivíduos é produzir, distribuir e consumir bens e serviços. Com o movimento de democratização do país e com o reconhecimento universal de que não desenvolvimento exclusivamente no campo econômico, sem concomitante desenvolvimento social e político, a questão da educação política se tornou de fundamental importância. Hoje podemos afirmar que cidadania é uma idéia em expansão: no entanto, a ação política continua desvalorizada e o cidadão pode ser visto apenas como o contribuinte, o consumidor, o reivindicador de benefícios individuais ou corporativos, e não do bem comum. E sequer o princípio constitucional de escola para todos consegue ser cumprido.

É sabido, também, que existe, no sistema de ensino brasileiro, um “espaço” para a educação do cidadão - na maioria das vezes como mero ornamento retórico ou, então, confundida como um vago civismo ou “patriotismo”, o qual, evidentemente, varia muito de acordo com as concepções dos principais dirigentes educacionais.

Alem disso, a “educação para a cidadania”, presente como objetivo precípua em todos os programas oficiais das secretarias de Educação, estaduais e municipais, independe do compromisso explícito dos diversos governantes com a prática democrática. Mas, não existe, ainda, a educação para a democracia, entendida, a partir da óbvia universalização do acesso de todos à escola, tanto para a formação de governados quanto de governantes.

(...) Democracia é o regime político fundado na soberania popular e no respeito integral aos direitos humanos. Esta breve definição tem a vantagem de agregar

democracia política e democracia social. Em outros termos, reúne os pilares da “democracia dos antigos” - tão bem explicitada por Benjamin Constant e Hannah Arendt, como liberdade para a participação na vida pública - aos valores do liberalismo e da democracia moderna, quais sejam, as liberdades civis, a igualdade e a solidariedade, a alternância e a transparência no poder (contra os *arcana imperi* de que fala Bobbio), o respeito à diversidade e a tolerância. Educação é aqui entendida, basicamente, como a formação do ser humano para desenvolver suas potencialidades de conhecimento, julgamento e escolha para viver conscientemente em sociedade, o que inclui também a noção de que o processo educacional, em si, contribui tanto para conservar que (...)

O que entendo por *educação para a democracia*? A educação para a democracia comporta duas dimensões: a formação para os valores republicanos e democráticos e a formação para a tomada de decisões políticas em todos os níveis, pois numa sociedade verdadeiramente democrática ninguém nasce governante ou governado, mas pode vir a ser, alternativamente – e mais de uma vez na vida – um ou outro.

(...) Logo, a EPD é uma formação para a discussão, para a argumentação, com o pressuposto da tolerância. Nesta ordem de considerações, deve-se entender por *valores republicanos*, basicamente:

a) *o respeito às leis*, acima da vontade dos homens, e entendidas como “educadoras”, no sentido já visto na antiguidade clássica. “Todo verdadeiro republicano”, ensinava Rousseau, “bebia no leite de sua mãe o amor da pátria, isto é das leis e da liberdade”;

b) *o respeito ao bem público*, acima do interesse privado e patriarcal. Em nosso país trata-se de romper a tradição doméstica, tendente ao despotismo, que moldou nossos costumes (vale a pena lembrar que *despotas*, em grego, é pai de família, e que a família antiga, como bem observou *Benjamin Constant*, representa a negação de direitos e liberdades individuais);

c) *o sentido de responsabilidade no exercício do poder*, inclusive o poder implícito na ação dos educadores, sejam eles professores, orientadores ou demais profissionais de ensino. Em política, a responsabilidade tem dois significados, melhor compreensíveis na língua inglesa: *accountability* e *responsability*. O primeiro termo significa o dever de prestar contas, englobando todos os mandatários, isto é, os que exercem o poder em nome de outrem; o segundo termo significa a sujeição de todos, governantes ou governados, ao rigor das sanções legalmente previstas. Em ambos os casos, a responsabilidade é da essência do regime democrático.

E por *valores democráticos*, estreitamente ligados aos republicanos, entendem-se:

a) *a virtude do amor à igualdade*, de que falava *Montesquieu*, e o conseqüente repúdio a qualquer forma de privilégio;

b) *o respeito integral aos direitos humanos*, cuja essência consiste na vocação de todos – independentemente de diferenças de raça e etnia, sexo, instrução, credo religioso, julgamento moral, opção política ou posição social – a viver com dignidade, o que traz implícito o valor da solidariedade;

c) *o acatamento da vontade da maioria, legitimamente formada, porém com constante respeito pelos direitos das minorias*, o que pressupõe a aceitação da diversidade e a prática da tolerância.

(...) Onde deve ser desenvolvida a educação para a democracia?

A escola é o *locus* privilegiado, embora sofra, atualmente, a concorrência de outras instituições – como os meios de comunicação de massa. A escola continua sendo a única instituição cuja função oficial e exclusiva é a educação.

É evidente que existem outros espaços para a educação do cidadão, dos partidos aos sindicatos, às associações profissionais, aos movimentos, aos institutos legais da democracia direta. Mas a escola não deve substituir a militância, pois forma cidadãos ativos e livres, e não, como alertava Fernando de Azevedo, homens de partido, de facções virtualmente intolerantes.

O principal paradoxo da democracia persiste: ela não existe sem uma educação apropriada do povo para fazê-la funcionar, ou seja, sem a formação de cidadãos democráticos. E a formação de cidadãos democráticos supõe a preexistência destes como educadores do povo, tanto no Estado quanto na sociedade civil (*Mougniotte*).

Link: http://www.hottopos.com/notand2/educacao_para_a_democracia.htm